

Comissão da Constituinte sairá logo

Lyra e Arinos almoçam juntos e procuram desfazer as divergências

A Comissão Constitucional será criada em junho pelo presidente José Sarney, conforme anunciaram ontem o ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, após almoçarem juntos, em companhia do assessor especial da Presidência da República para a Constituinte, Célio Borja, na residência do ministro. No encontro, Lyra e Arinos "fumaram o cachimbo da paz", depois de trocarem farpas pela imprensa nos últimos dias, mas não conseguiram eliminar todas as dúvidas a respeito da criação da comissão.

Arinos saiu da residência de Lyra, na 302 Norte, apressado para atender outro compromisso, com tempo apenas de explicar que "a criação da Comissão não significará a sua imediata entrada em funcionamento". Lyra, por sua vez, mostrou convicção de que "a comissão funcionará a partir de junho". E os dois deixaram claro que todas as decisões sobre a Comissão caberão ao presidente Sarney.

A tarde, Célio Borja levou a Sarney alguns dos pontos de consenso entre Lyra e Sarney. Segundo o ministro, "foi ratificado o convite para Arinos presidir a comissão". Isso não vai implicar, conforme Arinos reivindicava, que a comissão seja sediada no Rio de Janeiro, onde ele reside. Lyra explicou que a comissão será instalada inicialmente no Ministério da Justiça, e em seguida, também no prédio do Itamarati, no Rio de Janeiro, num

ato mais cerimonial do que formal. Depois ela será instalada, com toda sua estrutura, exclusivamente no prédio da FGV — Fundação Getúlio Vargas —, na L-2 Norte, em Brasília, mesmo local onde funcionou anteriormente o comitê de Tancredo Neves. Reuniões plenárias serão realizadas em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e em uma capital do Nordeste, ainda a ser escolhida.

Quanto aos nomes que integrarão a Comissão, afirmou o ministro, "ela será a mais ampla possível", não se resumindo aos 33 nomes indicados por Tancredo, mas devendo chegar a "cerca de 50 membros". Lyra confirmou que, agora a lista de Tancredo, entregue por ele a Sarney, o Presidente recebeu uma outra de Arinos, devendo dar a última palavra sobre cada um dos nomes.

Ao final, Lyra repetiu as frases de cordialidade com as quais festejara Arinos na saída de sua residência, em troca de gesto idêntico do jurista. Segundo Arinos, as divergências entre ambos "foram um simulacro criado por vocês" (jornalistas). Isso "felizmente foi desfeito pelos fatos". O ministro repicou: "Nunca houve desafinamento, até porque não discutiria com ele pelo respeito em que o tenho".

Lyra esclareceu ainda que a criação da Comissão não entrará em conflito com o Congresso, mas "ao contrário vai contribuir para ampliar o debate sobre a Constituinte".



Lyra, Arinos e Célio Borja ensaiam os primeiros passos para uma atuação conjunta

Goldman: Não à comissão de juristas

O deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) fez ontem, da tribuna da Câmara, um apelo ao presidente da República, José Sarney, e ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, para que ponham uma pá de cal sobre o "equivoco monstruoso" que será constituir uma comissão de juristas para elaborar o anteprojeto de Constituição.

Segundo Goldman, e nisso ele teve o apoio do deputado José Genoíno (PT-SP), "a Constituinte real, eleita pelo voto popular em 1986, deverá ser produto de um amplo debate pela sociedade e se constituirá de pessoas com compromissos definidos, com compromissos que se elaborarão e se consolidarão no próprio processo de campanha".

Oposição critica a comissão

O líder do PDS, deputado Prisco Viana, observou que a comissão presidida por Afonso Arinos poderá comprometer a soberania da Assembleia Nacional Constituinte, enquanto o PDT vê na medida "um atestado de incompetência aos futuros constituintes", e o PTB, "um sério revés no processo de normalização democrática".

As críticas mais duras partiram contudo do líder do PDT, Nadyr Rossetti, para quem a Assembleia Constituinte, eleita pelo povo para expressamente elaborar a nova Constituição, receberia um documento feito, como se os constituintes não existissem: "Não podemos aceitar a infâmia que se faz à memória de Tancredo Neves", disse ele.

Dom Ivo quer participação da sociedade

"O País não precisa ter definições do alto, ele próprio tem capacidade para se definir", disse ontem o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, após audiência com o ministro da Justiça, Fernando Lyra, a quem propôs a formação de comissões municipais para debater a nova constituição.

As comissões, segundo dom Ivo, seriam regulamentadas para subsidiar a comissão principal que vai elaborar o anteprojeto da Constituinte. "Assim, teríamos a participação de toda a sociedade brasileira nos debates prévios à Constituinte, e não apenas a participação de alguns juristas renomados", disse ele.

Arinos quer ter controle

O jurista Afonso Arinos não quis adiantar os nomes que sugeriu ao Presidente para a Comissão Constitucional, mas ponderou que poderá haver coincidências entre sua lista e a relação levada ao presidente por Fernando Lyra. Ele ressaltou que a decisão final sobre a composição da Comissão é do presidente da República, mas disse que a Comissão está sob sua jurisdição e "nada se fará sem que eu esteja de acordo".

O nome do secretário executivo da Comissão, jornalista Mauro Santayana, foi ratificado pelo presi-

dente José Sarney. Afonso Arinos afirmou ter conversado com o senador Fernando Henrique Cardoso, escolhido para relator da Comissão, mas considerou que poderá haver dificuldades para sua participação, com a candidatura à prefeitura de São Paulo.

O ex-ministro Afonso Arinos afirmou também que não participará do processo de convocação da Constituinte, mas que a fórmula "mais fácil" seria o envio de uma mensagem de iniciativa do presidente da República, José Sarney, ao Congresso Nacional.

Falta de acordo é ameaça

A Comissão Constitucional finalmente será criada, mas não há nenhuma garantia de que venha a funcionar de imediato, conforme explicou o seu futuro presidente, o jurista Afonso Arinos. Apesar do ministro da Justiça, Fernando Lyra, e Arinos terem iniciado ontem entendimentos para apalmar as diferenças que os separaram, em busca de viabilizar a Comissão, perduram "divergências fundamentais" e "preliminares" sobre a convocação da Constituinte que não só estão retardando o seu funcionamento como também colocam em risco até mesmo a existência da Constituinte.

Isso foi reconhecido por um importante assessor palaciano. Ele acha que a polêmica sobre a quem caberia a iniciativa de convocação da Constituinte — Executivo, Legislativo, Judiciário ou conjunta — "não se reduz a mero formalismo", pois "tem consequências substantivas". E essas divergências, concordou, dizem respeito à própria existência da Constituinte.

Lista de Tancredo não vale

O ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, disse ontem que o presidente José Sarney não tem qualquer compromisso com a lista de 33 nomes escolhidos por Tancredo Neves para compor a comissão que elaborará o anteprojeto na nova Constituição. Segundo o ministro, mesmo com Tancredo Neves na Presidência, a lista poderia sofrer alterações.

José Hugo fez essas declarações após encontro com o presidente do Congresso, senador José Frangelli, a quem foi manifestar a necessidade de um entrosamento maior entre Executivo e Legislativo. Indagado se o presidente José Sarney pretende constituir uma comissão menor do que a desejada por Tancredo Neves, o ministro informou que ainda não há definição sobre o número de integrantes do órgão.

— A lista publicada hoje (ontem) pela imprensa não era a definitiva nem mes-

Embora destacando que "nós (o Governo) já firmamos posição de ir de encontro ao anseio pela Constituinte", não admitindo contrariar o "manifesto anseio popular", esse assessor explicou uma situação concreta que precisa ser superada para se chegar a tanto. "É necessário ajustar a convocação da Constituinte a um regime de transição". Entende ele que o País vive "uma circunstância histórica inédita" pois as constituintes são sempre convocadas num quadro de ruptura do poder. Como não houve essa ruptura no Brasil, com todos os poderes funcionando dentro do estabelecido por uma ordem institucional vigente, a forma escolhida para convocar a Constituinte pode ferir direitos garantidos constitucionalmente, e provocar "consequências substantivas", desde que não se ajuste ao anseio popular.

E dentro desta colocação que vem crescendo a idéia de convocar a Constituinte por via de um plebiscito, a ser realizado no mesmo ato (e cédulas) da votação das eleições gerais de 1986.

mo de Tancredo Neves e é natural que o presidente Sarney nomeie a comissão que achar mais conveniente, diz José Hugo.

O ministro confirmou também que a Comissão Constituinte deverá funcionar mesmo em Brasília, podendo reunir-se eventualmente em outros Estados.

O presidente José Sarney não pretende — segundo José Hugo — abrir mão da iniciativa de convocar a Constituinte. Apesar de Afonso Arinos já ter dito que uma emenda do Executivo não seria a melhor alternativa, o ministro adianta que Sarney "agirá de acordo com a tradição brasileira", ou seja, o Governo encaminhará uma proposta ao Congresso.

A votação da emenda Gastone Righi, que convoca para 15 de novembro as eleições para escolha dos parlamentares Constituintes, parece não preocupar o Governo. O projeto será votado no dia 12.